

“25 De Novembro” de 1975

A importância de Monte Real no desenrolar dos
acontecimentos

Tiago Gil Alberto Gomes

Ano lectivo 2010/11

Introdução

O “25 de Novembro” pôs término à instabilidade social vivida em Portugal, depois da “Revolução de Abril”. Os diversos golpes planeados por forças militares, a necessidade de afirmação de antagónicas forças políticas e o estreimar de posições entre diversas classes sociais, quase que dividiram o país. Quer pelas particularidades a nível social, nomeadamente a ligação à actividade industrial e à Igreja, quer pela localização, a Região Centro, especificamente as *NUTS* de tipo III, Pinhal Litoral e Oeste, foi uma região de importância considerável no desenrolar dos acontecimentos.

A Base Aérea de Monte Real, BA5, situa-se no meio do Pinhal de Leiria, a norte de Leiria e Marinha Grande, distando cerca de dez quilómetros de cada uma das cidades. A importância estratégica da BA5, inaugurada a 4 de Outubro de 1959, é perceptível, quer pela proximidade com o Oceano Atlântico, entre dez a quinze quilómetros, pela localização entre Lisboa e Porto e quer ainda pela periferia do Pinhal de Leiria e da vila de Monte Real que dista cerca de 3 quilómetros e surgiu, não só pela necessidade de povoamento dos arredores dos Paços Reais de D. Dinis como também pela existência de termas. Apesar da proximidade, a cultura social de Leiria e Marinha Grande é antagónica. Na altura e ainda hoje, a Marinha Grande tem uma considerável quantidade de pessoas que directa ou indirectamente trabalha na indústria vidreira ou noutro ramo operário e que constitui um movimento operário activo na invocação/reclamação de direitos sociais, como, por exemplo, basta reflectir no impacto que a revolta de “18 de Janeiro de 1934” teve no regime ditatorial. Em contrapartida, a população residente em no concelho de Leiria, subsiste da agricultura - ainda que de uma agricultura familiar praticada em minifúndios - e diferencia-se no campo religioso, pela prática cristã, que coloca em evidência a influência cacique na vida da população. Deste modo, são perceptíveis as diferentes ideias que coabitam na população residente no Pinhal Litoral e que se manifestaram de forma extrema durante o Processo Revolucionário em Curso, PREC, tornando-o num dos mais perigosos e interessantes períodos ao nível da discussão de ideias.

Este trabalho surge no âmbito do Seminário de Territórios, Poderes e Instituições III, porque os acontecimentos decorrentes na BA5 no “25 de Novembro”, envolveram a conquista de poder, quer político quer militar, e como não podia deixar de ser, esse poder foi disputado pela população oriunda de classes mais baixas e por quem

detinha as armas - os militares. Os políticos pertencentes aos ainda jovens partidos ficaram na retaguarda, não se envolvendo directamente nos acontecimentos que tinham o objectivo de controlar a BA5.

Para a elaboração deste trabalho, procedeu-se à leitura de distintos relatos e visões sobre o 25 de Novembro, à consulta de jornais nacionais e semanários de Leiria e à recolha de depoimentos, através de entrevistas a dois dos manifestantes que se encontravam no lado oposto, em Monte Real. As maiores dificuldades prenderam-se com a falta de trabalhos realizados sobre as instituições das forças armadas que estão localizados fora de Lisboa, em virtude da sua localização periférica têm menos interesse noticiário em jornais e publicações. O contacto com a Junta de Freguesia de Monte Real foi infrutífero. O telefonema para a Base Aérea de Monte Real direccionou-me para o Serviço de Documentação da Força Aérea/Arquivo Histórico, que resultou em zero documentos existentes sobre o “25 de Novembro”. Também me aconselharam contactar o jornalista Adelino Faria, isto porque, foi-me dito que ele tinha sido militar na BA5 nessa altura e podia ser uma boa fonte de informação. Ao contactar a jornalista Alexandra Barata, apercebemo-nos que o jornalista Adelino Faria tinha falecido há algum tempo. A ida ao Centro de Documentação 25 de Abril foi proveitosa porque permitiu o acesso a bibliografia sobre o “25 de Novembro”, mas de forma específica, as referências aos acontecimentos de Monte Real são diminutas. Fica a certeza que este assunto merece um estudo profundo a curto ou médio prazo, envolvendo essencialmente os acontecimentos do PREC em Leiria porque a quantidade de fontes orais assim o merece. Estabelecendo o contexto necessário para compreender o “25 de Novembro”, os factos referidos no corpo do texto foram obtidos a partir do cruzamento de informações provenientes das fontes referidas na Bibliografia, com especial ênfase para o Relatório do “25 de Novembro”, elaborado por uma comissão nomeada pelo Conselho da Revolução, constituído maioritariamente pelos subscritores do Documento dos Nove conhecidos como moderados, e “direitistas”, isto porque os “esquerdistas” renunciaram ou foram obrigados a renunciar a lugares de decisão ou influência política depois do “25 de Novembro”.

Na consulta das diversas fontes, foi necessário ter em atenção eventuais omissões ou falsas informações que as diversas fontes possam apresentar em virtude de predisposições ideológicas, como, por exemplo, os jornais leirienses de índole cristã *Mensageiro* e *A Voz do Domingo* tomaram claramente uma posição editorial contra a

invasão, assim como o *Região de Leiria*, sem posicionamento religioso assumido. Nos diversos relatores foi possível encontrar dados objectivos díspares. A observação mais factual que consultei pertence a investigadora Maria Manuela Cruzeiro.

Corpo do texto

O VI Governo Provisório suspendeu a actividade governativa dia 20 de Novembro na sequência da manifestação levada a cabo por operários da construção civil que não deixaram sair os deputados da Assembleia da República durante doze horas. O Conselho da Revolução trocou Otelo Saraiva de Carvalho por Vasco Lourenço no cargo de chefe do comando da Região Militar de Lisboa. Nas célebres barricadas, Portugal foi dividido pelos pequenos e médios agricultores em Rio Maior, Oeste. Além do país, as Forças Armadas e a Imprensa estavam divididas; houve informação e contra informação que resultou em dezenas de rumores e notícias que previam golpes provenientes de forças militares conectadas à Extrema-Direita, Partido Comunista Português, PCP, aos “gonçalvistas” e à Extrema-Esquerda.

No dia 24, as acções militares da Escola de Tropas Pára-quedistas de Tancos, BETP, são suspensas. Por volta das 24h, um dos guardas da casa de armas da BA5, o primeiro-sargento Teodósio, recebe um telefonema a dar conta de um possível golpe “Elpista” oriundo de Cortegaça, Ovar. Partindo da BETP, os pára-quedistas ocupam a BA5, a Base Aérea de Montijo e a de Tancos e a 1ª Região Aérea de Monsanto, afirmando que queriam a destituição do comandante da Força Aérea, Morais e Silva. A força pára-quedista destinada a ocupar a BA5 é comandada pelo capitão Marçalo. Na BA5, o comandante Seabra é detido de manhã pelo sargento-ajudante Miranda¹. O capitão Martins Jorge que trabalhava na BA5, intitulou-se o novo comandante. O antigo Presidente do STIV, Sindicato de Trabalhadores da Indústria Vidreira, Jubelino Colaço, afirma que Martins Jorge não percebia nada de política, que queria era protestar². Os pára-quedistas ocupantes, cerca de 25, e os militares e civis que se juntaram à luta dentro da BA5 foram cerca de 20³, ou seja, não chegavam a 50 pessoas, o que representa uma ínfima parte no total do pessoal militar e civil que trabalhava na BA5,

¹ Sobre este assunto veja-se SIMÕES, Martinho. – *Relatório do 25 de Novembro de 1975: texto integral/* [comp e pref. de Martinho Simões]. – [S.I]: Ed. Abril, 1976, vol.2, p51.

² Sobre este assunto veja-se Anexo 1.

³ Sobre este assunto veja-se SIMÕES, Martinho. – *Relatório do 25 de Novembro de 1975: texto integral/* [comp e pref. de Martinho Simões]. – [S.I]: Ed. Abril, 1976, vol.1, p.56.

cerca de 700⁴. Na Marinha Grande, o STIV e o e a célula do PCP organizaram uma manifestação de apoio à luta dos pára-quedistas, que segundo Jubelino Colaço foi formada por cerca de 500 elementos que não levaram nenhum utensílio que pudesse servir de defesa pessoal⁵. Nas palavras do sindicalista, depreende-se que o STIV soube da invasão por intermédio de militares que estavam dentro da BA5. Dos manifestantes mobilizados para apoiar a luta dos pára-quedistas, grande parte pertencia ao sindicato e ao PCP, devido ao grande poder que este detinha e continua a deter nas estruturas sindicais. Contudo, e nas palavras de Jubelino Colaço, elementos do Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria e Coimbra, com sede na Marinha Grande, também lá estariam⁶. A meio da manhã, o capitão comandante das forças pára-quedistas reúne o pessoal militar e civil da BA5 e pede para estes se juntarem aos pára-quedistas na luta. É ignorado pelo pessoal militar e civil da BA5 que aprovou em plenário a seguinte moção:

*“ a profunda traição [...] por parte das forças pára-quedistas rebeldes que durante a noite ocuparam a Unidade utilizando para o efeito um inconcebível aparato bélico ofensivo e mantendo sequestrado o Comandante da Unidade, condena unanimemente este golpe aventureirista e contra revolucionária e declara-se solidário com o CEMFA e com o Comando da Unidade, únicas unidades a quem declara obedecer.”*⁷

Assim sendo, é perceptível que as ordens de armar com mísseis os quatro aviões F-86, fornecidas pelos supracitados militares Martins Jorge e Miranda foram ignoradas pelos militares da BA5, que puseram fora de utilização os carros de arranque, o que tornou “impossível a descolagem de qualquer F-86”⁸. Entretanto, Tomás Oliveira Dias, responsável do PSD em Leiria recebeu “um telefonema de uma senhora que disse ser a mulher do Comandante da BA5 e que pedia da parte do marido, que organizasse uma manifestação popular contrária a essa ocupação”⁹. À BA5 chegaram reforços que se juntaram à força pára-quedista ocupante. Uma moção de apoio redigida pelos manifestantes da Marinha Grande a pedido do capitão Marçalo foi lida pelo comandante preso, Seabra, no sentido de todo o pessoal da BA5 se unir pela luta dos pára-quedistas.

⁴ Sobre este assunto veja-se *Região de Leiria*, “Clarifica-se a situação militar”, 1975, p.1

⁵ Sobre este assunto veja-se Anexo 1.

⁶ *Idem, Ibidem.*

⁷ Sobre este assunto veja-se SIMÕES, Martinho. – *Relatório do 25 de Novembro de 1975: texto integral/* [comp e pref. de Martinho Simões]. – [S.I]: Ed. Abril, 1976, vol.2, p. 56.

⁸ *Idem, Ibidem*, p. 57.

⁹ FREITAS, Custódio Maldonado [et al.], *25 de Abril por Cá, Distrito de Leiria, Imagens e Depoimentos do Distrito de Leiria*, Edições Magno e Comunicação, 1996, p.33.

É também ignorada. José Soares, responsável do PSD na freguesia da Bajouca, foi informado da situação e começou a organizar uma manifestação de contestação à acção dos pára-quedistas constituída por população da Bajouca, que chegou à BA5 por volta das 14h¹⁰. Por volta das 16h a quantidade de pessoas da manifestação de contestação é considerável, e segundo Jubelino Colaço a manifestação de apoio decidiu desmobilizar e regressar à Marinha Grande porque não se quis confrontar com “ aquela gente toda descalça com forquilhas, paus e sinos das igrejas ali em volta a tocar e nós tínhamos uma consciência política e sabendo o que se estava a passar não fomos contra aquela gente”¹¹. Ao final da tarde, o contacto entre os pára-quedistas e os manifestantes contestatários aconteceu e a vontade de desmobilização dos pára-quedistas foi evidente a partir do momento em que milhares de pessoas constituíram a manifestação, isto porque os sinos das igrejas das populações periféricas, assim como de Leiria tocaram e para as populações o toque dos sinos a rebate significa que algo aconteceu e é urgente a reunião de toda a população. Tomás Oliveira Dias menciona que foi a única vez que ouviu o toque a rebate dos sinos na cidade de Leiria¹². José Soares refere que os pára-quedistas estiveram perto de disparar sobre os manifestantes, mas que tal não sucedeu porque estes no momento em que só faltava disparar, começaram a “urinar-se”¹³. Os manifestantes exigiram ver o comandante Seabra, o que sucedeu. A partir daí, e sem vontade de confronto por parte dos pára-quedistas, a hierarquia dentro da BA5 regressou ao normal. De seguida, um cordão militar foi colocado entre a população e os pára-quedistas para evitar confrontos. A notícia que a ocupação da BA5 espalhou-se e os ocupantes da Base Aérea do Montijo são informados que a ocupação da BA5 acabou por volta das 21h¹⁴. A manifestação de contestação à acção dos pára-quedistas pretendia que os rebeldes ficassem detidos dentro da BA5, o que não sucedeu porque estes começaram a sair depois das 2h30. A manifestação abandonou a frente da entrada da BA5 a partir das 4h30. Os aviões que sobrevoaram a BA5 pertenciam às forças moderadas e pretenderam dissuadir qualquer acção dos pára-quedistas que pudesse acontecer no ar, visto que, estes não se apoderaram da considerável frota da BA5.

¹⁰ Sobre este assunto veja-se Anexo 2.

¹¹ Sobre este assunto veja-se Anexo 1.

¹² FREITAS, Custódio Maldonado [et al.], *25 de Abril por Cá, Distrito de Leiria, Imagens e Depoimentos do Distrito de Leiria*, Edições Magno e Comunicação, 1996, p.34.

¹³ Sobre este assunto veja-se Anexo 2.

¹⁴ Sobre este assunto veja-se SIMÕES, Martinho. – *Relatório do 25 de Novembro de 1975: texto integral/ [comp e pref. de Martinho Simões].* – [S.I]: Ed. Abril, 1976, vol.1, p. 40.

Entretanto, após a finalização da ocupação na BA5, a ocupação dos pára-quedistas acabou sem resistência através da acção dos Comandos comandados pelo coronel Jaime Neves na madrugada de dia 26, na Primeira Divisão Aérea de Monsanto. Durante a manhã de dia 26, a Base Aérea do Montijo foi desocupada. A BETP decidiu cessar a luta dia 27 de Novembro.

Na zona de Leiria, no dia seguinte à ocupação das forças pára-quedistas na BA5, registou-se uma greve que ocorreu na Fábrica de Vidros dos Pousus, Leiria. Aconteceu porque um delegado do STIV foi assassinado no Porto. Nesse dia ninguém trabalhou como forma de protesto e um amontoado de pessoas aglomerou-se nas imediações. Um trabalhador, que segundo Joaquim Colaço não estava envolvido na política, foi abatido¹⁵. Nessa madrugada, três homens residentes da Caranguejeira dirigiram-se com curiosidade a Fábrica de Vidros e foram baleados sinistramente por G-3¹⁶.

Conclusão

A força de pára-quedistas ocupante não levou adiante a sua luta, porque a maioria do pessoal civil e militar da BA5 não estava de acordo com a sua forma de luta e milhares de pessoas protestaram contra a sua acção. Não houve feridos nos acontecimentos de Monte Real, mas a posse e o uso de armas fez perdurar uma instabilidade social que não é desejável numa sociedade democrática. Os elementos do COPCON não negara a distribuição de G-3 a antigos militares, mas não terão sido os únicos. No dia de 1 Dezembro, decorreu uma manifestação organizada pelo PSD e pelo PS de comemoração pelo desfecho dos acontecimentos de Monte Real. Segundo os jornais leirienses teve uma forte participação pois os conflitos ocorridos nos meses anteriores cansaram a população que desejava estabilidade social.

Martins Jorge, o militar que se intitulou o novo comandante da Base durante a vinda da força de pára-quedistas proveniente da BETP, fugiu para África e depois de voltar foi readmitido. Dos vinte e quatro primeiros-sargentos pára-quedistas que invadiram a Base, nenhum deles foi preso, e admitindo a hipótese que alguns terão deixado o país, outros terão sido detidos, mas nenhum deles sofreu consequências pelos presumíveis actos subversivos que provocou, nem mesmo na hierarquia da Força Aérea. O “25 de Novembro” de 75 foi um acto insurreição que podia agravar a ordem pública e

¹⁵ Sobre este assunto veja-se Anexo 1.

¹⁶ Sobre este assunto veja-se *Região de Leiria*, “Notícias dos Soutos (Caranguejeira)”, 1975, p.10.

é difícil perceber porque uns foram presos e outros não, como, por exemplo, o único militar preso foi o capitão pára-quedista Marçalo, que comandou os vinte e quatro primeiros-sargentos pára-quedistas.

Os acontecimentos do “25 de Novembro” não se limitaram ao controlo das Bases Aéreas. Especificamente na Região Militar de Lisboa foi declarado o Estado de Sítio. Ocorreram confrontos entre a força de Comandos liderada por Jaime Neves e a Polícia Militar, o que acabou por soldar-se em três assassinatos.

Inserindo a invasão da BA5 nos acontecimentos do 25 de Novembro, por um lado, não está provado que o COPCON deu ordens para invadir as Bases Aéreas ao major Pessoa e segundo a opinião da investigadora Maria Manuela Cruzeiro, os grupos pára-quedistas ocuparam as Bases na “tentativa de receber apoio do COPCON”¹⁷, por outro lado é impossível com um reduzido número de militares desorganizados controlar as Forças Militares, e um claro exemplo foi a invasão à BA5, isto porque é impossível para 30 militares mais 25 dentro da BA5 que se juntaram à luta, controlar perto de 700. Não havia um plano delineado porque todas as forças políticas e militares queriam poder, mas, com excepção da Extrema-Direita no 28 de Setembro de 1974 e no 11 de Março de 1975, não havia sociabilização pacífica entre a Esquerda e a Extrema-esquerda, que estavam em constante luta de poder pelo controlo hierárquico nos diversos ramos das Forças Armadas, assim como, nos movimentos de reivindicação social. Não era possível constituir um comando de coordenação de operações único que pudesse operar um golpe, isto porque as Forças Armadas ficaram definitivamente divididas em virtude de não reunirem desde a 9 de Julho¹⁸ porque havia sempre elementos de responsabilidades hierárquicas que se recusavam a participar e a consequência foi a falta que hierarquia e disciplina nas Forças Armadas. A Base Aérea que mais material bélico detinha no dia “25 de Novembro “foi Cortegaça, que albergava também operações militares da NATO, se tivesse havido um golpe militar era necessário um plano para conquistar a Base de Cortegaça. A subida ao poder do VI Governo Provisório a 19 de Setembro contribui para a instabilidade social porque além de medidas reveladoras de desnorte governativo, as diversas comunicações inflamaram grupos de diversos sectores sociais. Presidido pelo Almirante Pinheiro de Azevedo, o

¹⁷ CRUZEIRO, Maria Manuela. *25 De Novembro – Quantos Golpes Afinal*, Lisboa, Comunicação apresentada no Colóquio sobre o 25 de Novembro, 2005.

¹⁸ Sobre este assunto veja-se BURCHET, Wilfred. *Portugal Antes e Depois do 25 de Novembro*, Lisboa Seara Nova, 1976, p.46.

governo quis utilizar militarmente o COPCON, mas este recusou. Para possuir e poder agir militarmente, criou a AMI, Força de Intervenção Militar que inicialmente pagava mais aos pára-quedistas do que a Força Aérea. Muitos pára-quedistas alistam-se na AMI, mas depressa deixam a unidade militar devido à ordem de bombardeamento exigida pelo VI Governo aos emissores da Rádio Renascença, que na altura era local de trabalho de “católicos progressistas”. Os pára-quedistas queriam destituir o comandante da Força Aérea, Morais e Silva que era descrito por Wilfred Burchett como um dos mais conhecidos generais “direitistas”¹⁹. Os motivos foram a colocação de militares da sua confiança nos lugares de maior hierarquia e o congelamento dos salários provocado pela debandada e o posterior regresso dos pára-quedistas à Força Aérea. Tais medidas agudizaram as relações entre Morais e Silva e a maior parte dos pára-quedistas e dessa maneira, reunidos em plenário decidiram abandonar a AMI e colocarem-se à disposição do COPCON, visto que este lhe garantiu ordenados até final do ano. A juntar a todo isto, O Movimento das Forças Armadas, MFA, estava dividido em três facções distintas, o COPCON, os elementos que elaboraram o Documento dos Nove e outros generais de direita, como Morais e Silva. Um último pormenor digno de registo é a inexistência de disparos com o objectivo de atingir quem quer que fosse, durante as ocupações das Bases Aérea. Analisando objectivamente esta curiosidade, e não ignorando as ordens de armamento a aviões que foram dadas por militares superiores, é inegável que numa tentativa golpe de Estado, muito dificilmente é bem sucedida se não houverem tiros.

Maria Manuela Cruzeiro considera que o único golpe que estava preparado tinha como objectivo não permitir que nenhum pudesse mudar o regime político vigente²⁰. O coordenador das operações militares foi Vasco Lourenço, que operou a partir de Belém. O militar preferiu manter-se em Lisboa para acompanhar de perto de acontecimentos, deste modo, conseguiu o fim rápido das insurreições em estreita cooperação com o Regimento de Comando da Amadora liderado pelo Presidente da Republica Costa Gomes e o adjunto de Vasco Lourenço, Ramalho Eanes. Na opinião da investigadora Maria Manuela Cruzeiro, o “25 de Novembro, tinha que se dar”²¹, visto que a

¹⁹ *Idem, ibidem.*

²⁰ CRUZEIRO, Maria Manuela. *25 De Novembro – Quantos Golpes Afinal*, Lisboa. Comunicação apresentada no Colóquio sobre o 25 de Novembro, 2005.

²¹ *Idem, ibidem.*

instabilidade social teimava em não desaparecer, e desse modo, Portugal não reunia as condições mínimas para a instauração de um regime democrático.

Em meados da década de 70, os partidos políticos aproveitaram-se politicamente das acções das pessoas, mas em contrapartida, se não fosse o conhecimento sobre questões inerentes à vivência democrática humana, discutido em reuniões partidárias, não existiria um mínimo de conhecimento da necessidade do saber político necessário para a prática democrática. No 25 de Novembro, é perceptível que os postulados dos partidos políticos influenciaram o desenrolar dos acontecimentos. O PS e o PSD apesar de reclamarem a autoria da manifestação de apoio, o que não é inteiramente verdade, não querem assinalar o 25 de Novembro no concelho de Leiria porque não tiveram a participação que desejariam nos acontecimentos. O ódio ao PCP e aos sindicalistas, particularmente considerável no concelho de Leiria também provêm dos acontecimentos de Monte Real, mas não querendo defender quem que seja, os acontecimentos do 25 de Novembro foram muito mais complexos e é impossível demonstrar que os esquerdistas e ou radicais de esquerda tivessem um plano operacional que visasse reinstalar a ditadura em Portugal.

Bibliografia

Jornais, Folhetos e Boletins.

Associação de Familiares dos Militares Presos, Boletim Informativo 2, 1975.

Associação de Familiares dos Militares Presos, Boletim Informativo 3, 1976.

A voz do Domingo, Leiria, 1975.

O Mensageiro, Leiria, 1975.

Região de Leiria, 1975.

RELATÓRIO PREMILINAR SOBRE OS ACONTECIMENTOS DO 25 DE NOVEMBRO – *Relatório Preliminar sobre os acontecimentos do 25 de Novembro. 25 de Abril*. Lisboa. p. 8, 1976.

Últimos relatórios do 25 de Novembro – *Últimos relatórios do 25 de Novembro. O Dia*. Lisboa pp. 1-4, 1976.

Obras

ABREU, Paradela de. *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro*, Lisboa, Intervenção, 1983.

BRUCHETT, Wilfred. *Portugal antes e depois do 25 de Novembro*, Lisboa, Seara Nova, 1976.

CLEMENTE, Durão. *Elementos para a Compreensão do 25 de Novembro*, Lisboa, Edições Sociais, 1976.

FREITAS, Custódio Maldonado [et al.] *25 de Abril por Cá, Distrito de Leiria, Imagens e Depoimentos do Distrito de Leiria*, Leiria, Edições Magno e Comunicação, 1996, pp. 32 a 34.

GOMES, Adelino e CASTANHEIRA, José Pedro. *Os dias loucos do PREC*, Lisboa, Edimprensa, 2006.

SIMÕES, Martinho. – *Relatório do 25 de Novembro de 1975: texto integral/* [comp e pref. de Martinho Simões]. – [S.l.] : Ed. Abril, 1976 – 2 volumes.

Webgrafia

CLARP: Comité para a Libertação dos Anti-fascistas e Revolucionários presos, *Notas para um contra-relatório*, [Col. José Serrão] s.d. Acedido em 18 de Janeiro de 2011 e disponível em <http://purl.pt/94/1/05/00030/index.html>.

Comunicados, instruções, avisos, notas oficiosas. República, p.8-9, 1975. Acedido em 18 de Janeiro de 2011 e disponível em <http://purl.pt/94/1/05/00026/index.html>.

CRUZEIRO, Maria Manuela. *25 de Novembro – Quantos golpes afinal*, Comunicação apresentada em 2005 no Colóquio sobre o 25 de Novembro, realizado no Museu da República Resistência, Lisboa, Acedido a 18 de Janeiro de 2011 e disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th10>

Filmes dos acontecimentos, Unidade popular, p.3, 1975. Acedido em 18 de Janeiro de 2011 e disponível em <http://purl.pt/94/1/05/00027/index.html>.

MANIFESTO [dos militares expulsos após o 25 de Novembro], *A luta continua*, Nº2, 1975. Acedido em 18 de Janeiro de 2011 e disponível em <http://purl.pt/94/1/05/00029/index.html>.

O “25 de Novembro hora a hora”, *Jornal novo*, pp. 1 e 4. Acedido em 18 de Janeiro de 2011 e disponível em <http://purl.pt/94/1/05/00024/index.html>.

SANTOS, Piteira. *Militares de Abril no Pós “25 de Novembro”*, 1975. Acedido a 18 de Janeiro de 2011 e disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Militarespos1>.